

ISSN 2675-9934

# Boletim de Políticas Públicas

Observatório Interdisciplinar  
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José  
Renato de Campos Araújo» (EACH/USP)

Nº 35 junho/2023

# O I P P

**Boletim de  
Políticas Públicas**  
Observatório Interdisciplinar  
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José  
Renato de Campos Araújo» (OIPP)

**Conselho editorial**

Agnaldo Valentin  
Alexandre Ribeiro Leichsenring  
André Gal Mountian  
Cristiane Kerches da Silva Leite  
Graziela Serroni Perosa  
José Carlos Vaz  
Ursula Dias Peres  
Valeria Barbosa de Magalhaes  
Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi

**Editor**

André Gal Mountian

**Vice-editor**

Agnaldo Valentin

**Produção e divulgação**

Manuella Viveiros Leite

### **Contato**

E-mail: [boletimoipp@gmail.com](mailto:boletimoipp@gmail.com)

Rua Arlindo Bettio, 1000

03828-000

São Paulo/SP



## Sumário

**Do teatro para a televisão. Uma reflexão sobre a forma de atuação  
cênica na preparação pedagógica .....5**

*Carlos Cinquegrana Jr., Stephanie de Brito Leal*

**Desertos de notícias e as novas fronteiras do jornalismo no  
Nordeste ..... 13**

*Mariama Correia*

**Understanding citizen information dynamics and barriers:  
Crossroads of Political Science and Public Policy ..... 19**

*Guilherme Queiroz Alves, Ergon Cugler de Moraes Silva*

## Do teatro para a televisão. Uma reflexão sobre a forma de atuação cênica na preparação pedagógica

Carlos Cinquegrana Jr.<sup>1</sup>, Stephanie de Brito Leal<sup>2</sup>

### Introdução.

Em seu artigo “Direitos Humanos e lugares minoritários: um convite ao pensar sobre os processos de exclusão na escola”, publicado em agosto de 2007, o professor Alessandro Soares da Silva propõe que:

Está na hora de todos nós que somos cúmplices de uma Educação Crítica e Transformadora, agirmos como **atores e atrizes** que buscam fazer da escola um espaço reflexivo e de formação de cidadãos e cidadãs ativos, conscientes de seu lugar no mundo, mas mais ainda, consciente do lugar que querem ter. (SILVA, 2007. Grifo nosso.)

É justamente na escolha das palavras “atores e atrizes”, que não são meramente acidentais no contexto do artigo, que vemos a chave para nossa discussão, na medida em que trazem a questão prática de como um conjunto de professores e professoras, cada um com sua própria trajetória e história de vida, dotados,

---

1 Consultor em planejamento estratégico de marketing e mídia. Consultor em marketing político. Produtor Cultural. Bacharel em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) pela FAAP – SP. Bacharel em Comunicação Social (Rádio e Televisão) pela FAAP – SP. Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo. Mestrando em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo. Membro do Grupo de Estudos em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo da Universidade de São Paulo. [br.linkedin.com/in/carloscinquegranajr](https://br.linkedin.com/in/carloscinquegranajr)  
[lattes.cnpq.br/4302270324214312](https://lattes.cnpq.br/4302270324214312)

2 Bacharela em Marketing pela Universidade de São Paulo.  
Mestranda em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo.  
[lattes.cnpq.br/0692944022254285](https://lattes.cnpq.br/0692944022254285)

portanto, de conceitos e preconceitos, possam vir a “*desempenhar um papel*”, novamente uma expressão emprestada das Artes Cênicas, realmente inclusivo e transformador.

Referindo-se à preparação de atores, o estudioso e diretor teatral polonês Jerzy Grotowski (1933-1999) nos aponta um caminho, propondo que, no processo de interação entre ator emissor e plateia receptor, deve-se buscar a mitigação das resistências e dos obstáculos causados pelo organismo de cada um, tanto o físico quanto o psíquico (GROTOWSKI, 1987, p. 102).

Neste ensaio, tendo por base a experiência pedagógica vivida na Universidade de São Paulo durante a crise da pandemia, que se estendeu por quase quatro semestres consecutivos, de abril de 2020 até dezembro de 2021, trazemos para discussão o aspecto da forma com que são desenvolvidas as atividades didáticas no ensino superior, sob a ótica da ruptura representada pela troca abrupta dos modelos tradicionais presenciais para os eletrônicos, revertida posteriormente.

Para tanto, trazemos conceitos interdisciplinares da Teoria da Comunicação e, para contextualizar o papel do professor(a), da Teoria das Artes Cênicas, para, voltando às palavras do Professor Alessandro, agirmos como “*atores e atrizes*”.

## **Contexto**

Em 14 de março de 2020, quando da constatação da expansão no Brasil da pandemia de Covid 19, a direção da Universidade de São Paulo comunicou a suspensão das atividades presenciais em seus campus. Em abril, o mesmo colegiado comunicou aos professores(as) e discentes a decisão de estender para todo o semestre letivo a suspensão, com a adoção do modelo *online* para a continuidade de todos os cursos e matérias teóricas e ou demonstrativas, que comportassem o novo formato (USP,

2020). Esse modelo se estendeu por quase quatro semestres consecutivos.

### **O papel da forma na comunicação.**

O estudioso canadense Marshall McLuhan propôs em meados da década de 1960 uma revisão na Teoria da Comunicação, no caso de massa, num cenário onde se observou a predominância dos meios eletrônicos, teorizando que, para que se consumasse, a comunicação deveria, necessariamente, ser composta de forma e conteúdo, igualando-os em importância. (MC LUHAN, 1969).

As opções quanto aos aspectos cênicos, estéticos, técnicos e tecnológicos envolvidos, portanto, em qualquer atividade humana que tenha por objetivo comunicar um determinado conteúdo acaba, *per se*, se tornando parte indissolúvel deste mesmo conteúdo, tendo inclusive a propriedade de alterar sua percepção e, conseqüentemente, o próprio conteúdo, daí sua expressão “*o meio é a mensagem!*”. (MC LUHAN, 1969).

Quanto ao aspecto da percepção, ou mais propriamente da relação emissor – receptor na atividade pedagógica, Paulo Freire pontua que:

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. Por isso é que, do ponto de vista gramatical, o verbo ensinar é um verbo transitivo relativo. Verbo que pede um objeto direto – alguma coisa – e um objeto indireto – a alguém. (FREIRE, 1997, p. 23)

Em uma aula, seja em que modelo for, temos sempre como a ponta mais visível o conteúdo a ser ministrado. Em novas abordagens e teorias críticas, caso da desenvolvida por Silva (2007), que chama a atenção para os aspectos da inclusão e dos direitos

humanos, avançamos para um importante pilar que podemos, de forma simplificada, chamar de comportamental, sendo pouco discutida a terceira perna do tripé que compõe a atividade humana da comunicação; a forma, sob a ótica da preparação cênica. É como se um músico se propusesse ser um vocalista, intérprete, dominando as letras das músicas e tratando bem a plateia, sem dispor da formação técnica de canto e da presença de palco. Sobre a importância da comunicação não verbal, Mesquita pontua que:

Resultados de diversos estudos demonstram que as relações interpessoais são mais influenciadas por canais de comunicação não verbais do que verbais. Isto é indicativo de que o discurso não verbal assume relevância nos processos de comunicação humana. Fica, então, evidente que em determinadas profissões os sinais não verbais são de capital importância, principalmente, para aqueles profissionais cuja ação está mais diretamente relacionada ao corpo e ao movimento, na medida em que contribuem de forma relevante para melhor percepção de outras pessoas. (MESQUITA 1997, p.155).

### **Do teatro para a televisão**

Por ocasião da adoção do modelo remoto, em nosso caso na Universidade de São Paulo, houve uma discussão sobre o que podemos chamar de aspectos “*macro sócio tecnológicos*”, com a ênfase na capacidade de recepção das aulas *online* pelo conjunto discente, num contexto brasileiro de desigualdades socioeconômicas, onde previu-se que uma quantidade significativa e, infelizmente não determinada, de alunos teriam dificuldades em obtenção de equipamentos com a capacidade mínima requerida para o novo formato ou mesmo acesso à banda larga de qualidade, indispensável no tráfego dos sinais digitais (USP, 2020).

Pouca ou nenhuma ênfase foi dada ao papel do professor(a) como ator, inserido numa realidade cênica que lhe foi estranha.

Não houve uma padronização das plataformas ou dos formatos<sup>3</sup>, com cada docente optando por modelos que lhes pareceram mais convenientes ou amigáveis na ocasião. A migração envolveu aspectos estéticos, técnicos e até éticos diferenciados, numa ruptura significativa que pôs em xeque vários conceitos considerados como pacificados e intocáveis.

Uma aula tradicional presencial tem as características cênicas do meio teatro, com o professor(a) ator protagonista ocupando um palco, território definido, diante de uma plateia. Há, claro, um rompimento parcial da chamada “quarta parede”<sup>4</sup>, já que os alunos dispõem de algum espaço de intervenção, mas as demais condições são comuns; é um espaço físico e exclusivo, fechado, para o qual a plateia se deslocou para, ao menos em teoria, a absorção/recepção integral de um conteúdo proposto e acordado; o protagonista professor(a) ator dispõe do poder da condução de seu “espetáculo”, inclusive, no caso da Universidade de São Paulo, de prerrogativas como a “liberdade de cátedra” para expor seus conceitos e opiniões como lhe aprouver.

No universo *online* a linguagem é a do meio televisão. O ator professor(a), embora disponha do poder de decisão sobre a condução da mensagem, até por força da exigência da ementa da disciplina e do processo de avaliação, não possui mais o domínio do território do receptor. O audiovisual é um meio dispersivo, que tende a afastar a atenção exclusiva, dado que o receptor pode desenvolver atividades simultâneas. A mensagem é muito

---

3 Foram adotadas, a critério de cada docente, as plataformas Google Meet, Zoom e Teams, operadas por grandes grupos transnacionais, criados, originalmente, para comunicação empresarial. Há controvérsias sobre a pretensa “gratuidade” ao acesso e ao uso dessas plataformas já que em seus termos de uso, questões como privacidade e uso de dados pelas companhias provedoras são pouco transparentes. (N. dos As.)

4 No teatro a “quarta parede” é a boca do palco, de onde se vê a plateia. Parte-se do princípio de que são elementos isolados, palco e plateia, o que não se aplica na atividade pedagógica. (N. dos As.)

mais dependente do meio, com os aspectos técnicos de foco, enquadramento, figurino, cenário e qualidade da captação e transmissão de imagem e som determinando, em maior ou menor grau, o sucesso ou o fracasso da apresentação. O conteúdo, no que tange à liberdade de fala, passa a ter um novo parâmetro onde não há o controle de como se dá a recepção, se exclusiva em fones auriculares ou num espaço familiar ou coletivo com vazamento de áudio, o que traz aspectos éticos interessantes do que é composta e como deve ser conduzida a expressão docente neste novo contexto.

### **De volta ao teatro**

Em março de 2022, com a vacinação em massa da população e o arrefecimento das consequências mais graves do COVID 19, a Universidade de São Paulo determinou o retorno das atividades presenciais (USP, 2022).

Essa nova ruptura, que pareceu reconduzir a uma esperada “normalidade”, trouxe no seu bojo alguns aspectos relevantes. Longe de defendermos os modelos liberais de ensino remoto, é fato que o novo meio de transmissão recepção experimentado trouxe uma série de questões pertinentes, que exigem reflexão. Além da questão, determinante nas grandes metrópoles, do deslocamento que, como no caso do acesso à tecnologia, também constitui fator de desigualdades, abriu-se na prática facilidades que podem e deveriam ser consideradas nos novos planejamentos pedagógicos, como a inserção de convidados e palestrantes de outras instituições, nacionais e estrangeiras, novas formas de publicação de conteúdo científico etc.

Independentemente dessas questões que a modernidade nos impõe, temos, no ambiente presencial da atividade pedagógica, assim como no teatro, a relação entre “um espaço, um homem

(SIC) que ocupa esse espaço e outro homem que os observa” (PEIXOTO, 2003).

Mais do que essas discussões, cremos que é fundamental repensar o papel da Preparação Pedagógica. Uma preparação que contemple não somente ambos os formatos, mas que reposicione o professor(a) face aos desafios que já se faziam e se fazem mais presentes na nova realidade.

A inclusão dos aspectos cênicos e artísticos que envolvem a atividade docente, como a ocupação do espaço, a formulação, a projeção vocal e a atitude corporal ainda são pouco estudados, mesmo constituindo parte indissolúvel do que podemos caracterizar como aula. Apenas como exemplo, artigo da fonoaudióloga Sther Soares Lopes da Silva, publicado em 2018 aponta os distúrbios otorrinolaringológicos, sintomas da ausência de técnica, de treino de postura e impostação vocal para “profissionais da voz” (comum na formação de atores), como uma das maiores causas do afastamento de professores(as).

A adoção de uma melhor e mais sistematizada preparação artístico – cênica, cuja ausência foi exposta no contexto dos formatos (meios) que se alternaram durante a pandemia de 2019-22, tendo como premissa a importância da forma na comunicação humana para os docentes, torna-se cada vez mais relevante: uma preparação sistemática que enfatize posturas técnicas, territorial, corporal e vocal, não apenas visando uma melhor performance, mas uma performance saudável para o(a) professor(a) ator.

### **Referências Bibliográficas**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GROTOWSKI, Jerzy. **Em busca de um teatro pobre**. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1984.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.

MESQUITA, R. M. **Comunicação não-verbal: relevância na atuação profissional**. São Paulo: Revista paulista de Educação Física, Vol.11, pgs 155-163, Universidade de São Paulo, 1997.

PEIXOTO, F. **O que é teatro**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SILVA, ALESSANDRO SOARES DA. **Direitos Humanos e lugares minoritários: um convite ao pensar sobre os processos de exclusão na escola**. Programa Ética e Cidadania, Brasília, Editora MEC. 2007.

SILVA, S. S. L.; SILVA, STHER SOARES LOPES DA. **Principais patologias laríngeas em professores**. São Paulo: Distúrbios da Comunicação, v. 30, p. 767-775, 2018.

USP (Universidade de São Paulo). **Comunicados oficiais sobre a condução das atividades docentes no contexto da pandemia de COVID 19**. São Paulo. Sequência de e-mails – 2019 – 2022.

## Desertos de notícias e as novas fronteiras do jornalismo no Nordeste<sup>5</sup>

**Mariama Correia<sup>6</sup>**

Mais de 80% dos veículos mapeados pelo Atlas da Notícia no Nordeste são nativos digitais ou rádios. Em sua sexta edição, a pesquisa aponta queda de 9% na proporção de desertos de notícias da região, no comparativo com o levantamento anterior. Ao todo, 87 municípios nordestinos deixaram de ser classificados como lugares sem cobertura jornalística local. O resultado está relacionado sobretudo ao surgimento de iniciativas online e às rádios comunitárias.

A pesquisa mapeou 2.728 veículos jornalísticos em atividade no Nordeste e 11 que encerraram suas atividades. Todos os fechamentos foram de iniciativas digitais, como blogs e portais de notícias. Com a maior quantidade de estados do Brasil, a região apresenta também maior proporção de desertos de notícias – 56,74% dos municípios.

Dos nove estados nordestinos, o Piauí e o Rio Grande do Norte registram os maiores vazios noticiosos. Em mais de 70% dos municípios desses estados, as pessoas não têm acesso a notícias locais produzidas por veículos dos seus territórios. A lista de desertos de notícias de Alagoas ganhou mais um município: Batalha, na região agreste do estado.

Bahia, Ceará e Pernambuco são, proporcionalmente, os estados com menos desertos de notícias. Somente na Bahia, o Atlas mapeou 830 veículos, sendo 274 rádios, 449 online, 76 impressos

---

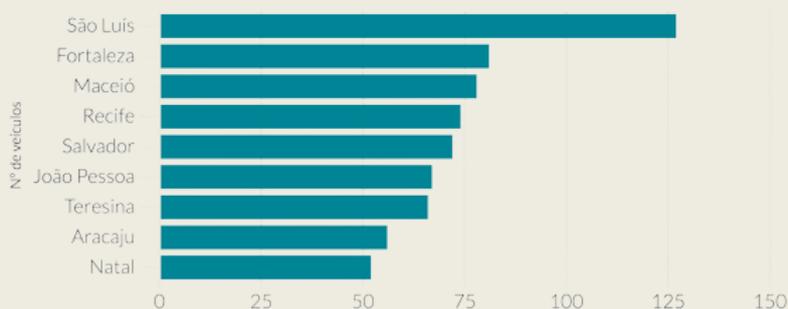
5 O artigo original pode ser acessado no link: <https://www.atlas.jor.br/v6/desertos-de-noticias-e-as-novas-fronteiras-do-jornalismo-no-nordeste/>

6 Jornalista e editora da Agência Pública.

e 31 TVs. As capitais dos estados concentram mais meios jornalísticos do que as cidades do interior, com destaque para São Luís (MA), onde foram mapeados 127 veículos.

### Capitais do Nordeste

Total de veículos de notícia mapeados pelo Atlas da Notícia nas nove capitais da região Nordeste

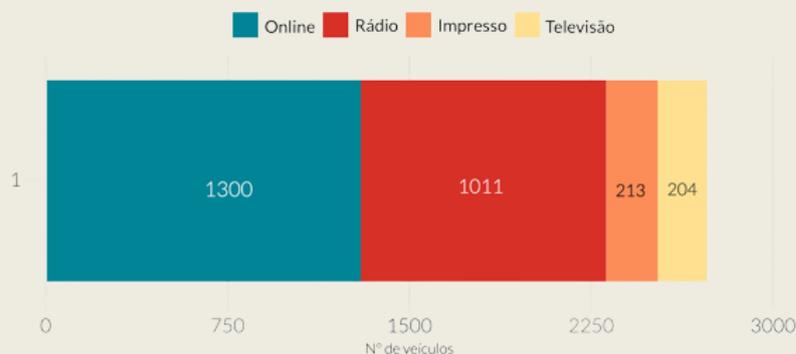


ATLAS DA NOTÍCIA

A maior redução de vazios noticiosos foi verificada em Pernambuco, onde 35 municípios deixaram essa classificação. Flores, no Sertão pernambucano, é um exemplo. Entre os dois blogs identificados na cidade de aproximadamente 22 mil habitantes, o Blog Benjamin Leite faz uma cobertura local, mas que também informa sobre fatos que ocorrem pelo Brasil e pelo mundo.

## Online em alta no Nordeste

Veículos por segmento e região (apenas veículos jornalísticos)



ATLAS DA NOTÍCIA

É importante explicar que a redução dos desertos de notícias se dá tanto pelo surgimento de novas iniciativas jornalísticas como pela ampliação do alcance do censo realizado pelo Atlas. Também que as populações dos desertos consomem notícias.

Há muitas cidades pequenas que são cobertas por veículos de locais vizinhos. Mas sem a cobertura jornalística no próprio território, o acesso a conteúdos qualificados e críticos sobre ações do poder público local, por exemplo, quase sempre fica comprometido. Esse vácuo informativo também torna as populações dos desertos de notícias mais vulneráveis a notícias falsas.

<b>ESTADO</b>	<b>Nº DE DESERTOS</b>	<b>PROPORÇÃO DE DESERTOS</b>
PI	171	76,3%
RN	128	76,6%
PB	138	61,9%
AL	62	60,7%
MA	125	57,6%
SE	42	56,0%
PE	93	50,3%
CE	84	45,7%
BA	174	41,7%

\*Sobre total de municípios no estado

### **Novos contornos do jornalismo local**

Enquanto navegam nas oportunidades e desafios das plataformas, os nativos digitais reconfiguram o jornalismo local. Muitas iniciativas mapeadas não têm site. São páginas de notícias nas redes sociais, como Adielson Galvão no face, que faz uma cobertura policial de Caruaru (PE) e região, com transmissões de vídeos ao vivo pelo Facebook.

Boa parte das páginas noticiosas nas redes sociais mapeadas pelo Atlas produzem notícias com pouca apuração. São textos curtos, ancorados por vídeos e/ou fotos que informam sobre acidentes nas estradas da região, ocorrências policiais, programações culturais e política local.

Alguns oferecem canais diretos de diálogo com a audiência, como grupos no WhatsApp, onde a comunidade pode fazer denúncias. Os anúncios pagos por empresas e pelos governos da região são as fontes de renda mais recorrentes. Esse é um modelo que facilita a captura dos conteúdos por interesses privados

e políticos, mas que também é adotado por jornais de alcance nacional.

### **Rádios comunitárias e iniciativas independentes**

Desde o levantamento publicado em 2022, rádios comunitárias com programas de notícias na grade passaram a ser classificadas como veículos jornalísticos na pesquisa do Atlas. Antes, esses veículos eram mapeados, mas registrados como não jornalísticos. Essa atualização possibilitou uma nova compreensão do ambiente de notícias no Nordeste, onde as rádios comunitárias cumprem um papel informativo relevante, sobretudo em municípios menores e regiões periféricas, tradicionalmente esquecidas pela grande mídia.

A FM Sertaneja é uma rádio comunitária de Feira Nova, Sergipe. A emissora do médio sertão sergipano transmite notícias do município e da região, tanto na FM como via rádio web. A grade inclui programas como a Voz da Cidadania, que vai ao ar todas as manhãs com entrevistas e notícias da cena política local. Outro exemplo é a rádio Coribe FM, em Coribe (BA), que tem entrevistas e notícias na programação.

Entre os nativos digitais, o ecossistema de veículos jornalísticos independentes nordestinos, indicado em edições anteriores como tendência consolidada, continua se expandindo. Novos podcasts e sites foram incorporados à base de dados, a exemplo da agência Mangue Jornalismo de jornalismo independente e investigativo, criada em abril de 2023, em Sergipe. A iniciativa pertence ao Centro de Estudos em Jornalismo e Cultura Cirigype, uma associação sem fins lucrativos.

As iniciativas de jornalismo independente no Nordeste estão cada vez mais segmentadas. Há veículos focados em questões raciais, gênero, esportes, meio ambiente e outros temas. Com a

crise dos grandes conglomerados de comunicação, essas organizações têm assumido o protagonismo no noticiário local, pautando o debate público e os grandes jornais. Mas a sustentabilidade financeira continua sendo um desafio, uma vez que o acesso a recursos e financiamentos para o jornalismo não são distribuídos de forma igualitária pelas regiões do país.

## Understanding citizen information dynamics and barriers: Crossroads of Political Science and Public Policy

**Guilherme Queiroz Alves<sup>7</sup>, Ergon Cugler de Moraes Silva<sup>8</sup>**

### **Background**

Citizen information plays a central role in democratic theories. It is not an exaggeration to recognize that the level of information is a fundamental element not only for decision-making through voting and popular participation, but also for the proper functioning of the political system. Authors such as David Held (1987) emphasize that in a liberal democracy, citizen information is understood as a precondition for collective decision-making, a constitutive element of the democratic machinery.

Despite the victory of liberal democracy in the 20th century, scholars note a disconnect between the levels of required information in democratic theory and the challenges that regular citizens face in obtaining it (Lutz, 2006). In the midst of technological advances, a series of authors also advance in the debate about the challenges of democratizing technologies amid the informational barriers that are exposed to users (Vaz, 2016). In other words, it would be possible to say that the informational responsibility placed on citizens by democratic theories is not in accordance with reality and is too burdensome. As an example, public opinion polls conducted mainly since 1930 reveal that the

---

7 Institute of Social and Political Studies, Rio de Janeiro State University, IESP UERJ, [guilhermealves@iesp.uerj.br](mailto:guilhermealves@iesp.uerj.br). Sponsor: Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel, CAPES Foundation, Finance Code 001.

8 São Paulo School of Business Administration, Getulio Vargas Foundation, FGV EAESP, [contato@ergoncugler.com](mailto:contato@ergoncugler.com). Sponsor: National Council for Scientific and Technological Development (CNPq), Grant #130022/2022-5.

level of political information of American citizens was surprisingly low (Carpini, 1999). Moreover, it is possible to still notice a low political knowledge even in more advanced democracies. These findings reveal that although the internal logic of democratic theories points to the need for well-informed citizens and nurtures a theoretical expectation, it is not supported from an empirical point of view (Converse, 2000; Page & Shapiro, 1992; Carpini & Keteer, 1996; Asingo, 2012).

Critics of the positivist model of a ‘well-informed citizen’ argue that it expects too much from citizens, including high levels of curiosity, critical thinking, and mental effort to make rational decisions for the benefit of the community (Carpini, 1999). This would place standards so high for citizens that democracy wouldn’t even be possible (Schattschneider, 1960). Given such a positivist conception of a ‘well-informed citizen’ and the technological challenges imposed on it, this short paper provokes a research agenda in an exploratory approach that relates such literature with authors of democracy and digital democratization and information disputes. In summary, “how do citizenship practices and technological aspects impose barriers to the viability of a ‘well-informed citizen’?”.

### **Approach**

In a preliminary review, it is possible to find a series of authors who report aspects of the technological dimension that limit access, interactions and interpretations of citizens with existing information. To do this, the findings are organized into four categories described below:

## **1. Limitations of technological infrastructure**

Limitations of access to the internet, quality computers and cell phones can restrict the ability of individuals to obtain quality of information (Vaz, 2016). Research shows how this barrier is more pronounced in groups of socioeconomic vulnerability, which often have limited access to advanced technologies due to financial costs and inadequate infrastructure (Silveira, 2011). Moreover, in rural and peripheral areas, the lack of telecommunications infrastructure is one of the main factors that impede access to the internet (Ribeiro et al., 2013). Additionally, the lack of investment in infrastructure in poorer areas contributes to limiting access to information, making it even more difficult to reduce social inequalities and democratize knowledge (Vaz, 2014; Parra Filho, 2018).

## **2. Limitations of technological handling**

Once with access to the technological infrastructure, barriers limiting the use of such technological tools may still arise. Therefore, the studies by Jones-Jang et al. (2019) point out how the limitation of information discernment is significantly associated with information literacy. Also, Forster et al. (2021) points out the degree of literacy as characterizing the ability to discern the veracity and quality of a content. This limitation of digital skills can have significant consequences for citizen participation and informed decision-making. For example, in a study conducted in Taiwan, citizens with low digital skills were found to be less likely to make qualitatively informed decisions (Breit & Solomon, 2014). Furthermore, this barrier is even more pronounced in older age groups, who may be less familiar with technology. According to research carried out by Tavares and Souza (2012),

the elderly are one of the groups that face the most difficulties in adapting to technology.

### **3. Limitations of occupational overload**

Even with necessary infrastructure and information interpretation skills, studies show that many citizens are occupied with daily tasks, such as work and school, leaving little time or interest to gather information on political issues (Achen & Bartels, 2016). Authors like Downs (1957), Schumpeter, and Olson provided important insights in the 20th century on how individuals navigate the public sphere and minimize informational costs for decision-making. The main argument is that citizens employ various approaches, such as strategies, heuristics, shortcuts, and calculations, when dealing with information in the public sphere.

### **4. Limitations of information overload**

Although citizens have the responsibility to obtain information according to the model, it is a mistake to understand them in isolation from other actors and sources. Information sources are diverse, including governments, political actors, media, parties and communication channels, such as social media, television. That is, informational noise or informational disorders must be taken into account, which damage the credibility of information and obliterate the ability to make decisions based on facts, since citizens have different capacities to deal with large amounts of information (Forster et al., 2021), and those with less capacity may find it difficult to access what is seen as most relevant.

According to H el ene Landemore (2012), although theoretical and empirical arguments present in contemporary Political Science routinely support the view around “incompetent citizens”, politically apathetic individuals, with surprisingly low levels of information, it has to be questioned whether this competence is exclusively his. In a sense, we can fall into the error of attributing to individuals an informational task that cannot be performed only by their willpower and interest, but which depends on a series of interactions and flows that guarantee the quality of the information they obtain.

However, if this responsibility was already high, in the 21st century, in the midst of informational disputes (Wardle & Derakhshan, 2017; Wardle, 2018; Wardle, 2017) it becomes something difficult. Conspiracy theories, denialism, fake news, rumors are just a few examples of informational disorders that have become increasingly common. Terms like infodemic, post-truth and disinformation arised and this new grammar seems to suggest that the search for information depends not only on a rational effort, but also on overcoming obstacles, noise and manipulations. In this context, the informational economy increases citizens’ responsibility in a democracy. There is a dimension of informational dispute that adds complexity to the obstacles presented above. It is not enough to be well-informed; citizens must also shield themselves from elaborate forms of disinformation and misinformation. Therefore, a fifth limitation is proposed:

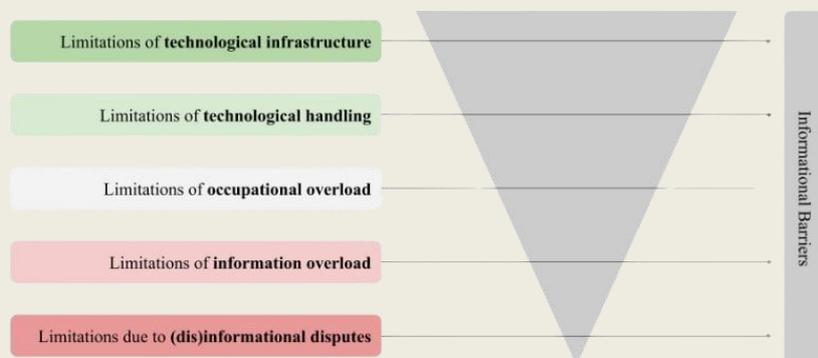
**5. Limitations due to (dis)informational disputes** Disinformation is defined as false and misleading information intentionally created to induce error, as pointed out by authors such as Di Domenico et al. (2021) and Lazer et al. (2018). This information can

be manufactured news with financial or ideological objectives, in which adherence is influenced by factors such as information literacy, individual limitations of the recipient, such as delusional ideation, dogmatism and religious fundamentalism, as reported by Bryanov & Vziatysheva (2021), in addition to belief, ideological or even biases memory, as highlighted by Damstra et al. (2021).

Psychological factors such as knowledge and skills, thinking style, confidence, emotion, value and group identity are also key to the effectiveness of disinformation, as listed by Nan et al. (2022) and Sadiq & Saji (2022). Demographic factors such as age, gender, education, income, race, geographic region and employment also influence susceptibility to health disinformation, as analyzed by Chowdhury et al. (2022). Disinformation is prevalent in society, making it challenging for citizens to access quality information, and making them more vulnerable to daily disputed narratives. Disinformation about the COVID-19 Pandemic (Silva, 2023) is an example of how disinformation can negatively impact society. It can promote behaviors that increase the risk of contagion, discredit public health institutions and specialists, and is often created to serve political or economic interests, rather than accurately informing the public (Gomes et al., 2020).

Finally, the following framework is proposed (Figure 1), summarizing the five points presented previously:

Figure 1. Informational Barriers



Source: Authors (2023)

### Further Work

In this context, this short paper aims to show the lack of attention given to citizens' new skills, competences, and responsibilities in the face of new informational configurations in different spheres of society. There are a variety of issues to be deepened from this reflection. James H. Kuklinski (2000) suggests questions such as: what causes people to be incorrectly informed about political phenomena, what is the relationship between imprecision and trust, how widespread are incorrect information, what is the causality between beliefs and preferences and why people resist correct information.

Tatiana Dourado (2020) also suggests deepening and research agendas that seek issues such as the phenomenon of dissemination, involving reach and scale, as well as mega-audiences and super-propagators within the platforms. Achen and Bartels (2016) argue that it is necessary to rethink understandings that are divorced from reality by emphasizing very unrealistic ideals, such as the unattainable ideal of a sovereign and omnicompetent citizen.

The discussion on citizens' informational responsibility highlights the need to study disinformation adherence, fact-checking resistance, biases, and denialism. This brings the debate on technological challenges, such as regulations, governance, and accountability, to the forefront. For this work, it is proposed to deepen the literature review in order to position the debate on informational barriers and limitations to citizens in the face of transversely technological challenges.

Finally, these provocations raise questions for future research, including the impact of socioeconomic inequalities on access to technology, the effect of occupational overload on citizen participation and decision-making, and the influence of information sources on citizens' credibility and interpretation. Addressing these questions can lead to ways to improve access to information and enhance citizens' ability to interpret it, fostering a more informed and participatory society.

## **References**

ACHEN, Christopher R.; BARTELS, Larry M. *Democracy for Realists: Why Elections Do Not Produce Responsive Government*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

ASINGO, Patrick O. *Democracy without informed citizens: the influence of partisan cues on political perceptions of uninformed kenyans*. [Online] Disponível em: <https://kuscholarworks.ku.edu/handle/1808/10435>. Acesso em: 21 set. 2023.

BREIT, Eric; SALOMON, Robert. *Making the Technological Transition – Citizens' Encounters with Digital Pension Services*. [Online] Disponível em: <https://doi.org/10.1111/spol.12093>. Acesso em: 21 set. 2023.

BRYANOV, Kirill; VZIATYSHEVA, Victoria. Determinants of individuals' belief in fake news: A scoping review determinants of belief in fake news. *Plos One*. [Online] DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0253717>. Acesso em: 21 set. 2023.

CARPINI, Delli M. X. In Search of the Information Citizen: What Americans Know About Politics and Why It Matters. *The Communication Review*, v. 4, p. 129-164, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1080/10714420009359466>.

CARPINI, Delli; KETEER, Scott. *What Americans Know about Politics and why it Matters*. New Haven: Yale University Press, 1996.

CHOWDHURY, Nashit; KHALID, Ayisha; TURIN, Tanvir C. Understanding misinformation infodemic during public health emergencies due to large-scale disease outbreaks: a rapid review. *Journal of Public Health* volume 31, pages 553–573. [Online] DOI: <https://doi.org/10.1007/s10389-021-01565-3>. Acesso em: 21 set. 2023.

CONVERSE, Philip. Assessing the capacity of Mass Electorate. *Annual Review of Political Science*, (3), p. 331-353, 2000. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.polisci.3.1.331>. Acesso em: 21 set. 2023.

D. Di Domenico et al. Fake news, social media and marketing: A systematic review. *Journal of Business Research*, Volume 124, January 2021, Pages 329-341. [Online] DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.11.037>. Acesso em: 21 set. 2023.

DAMSTRA, Alys et al. What Does Fake Look Like? A Review of the Literature on Intentional Deception in the News and on Social Media. *Journalism Studies*. Volume 22, 2021 - Issue 14. Pages 1947-1963. DOI: <https://doi.org/10.1080/1461670X.2021.1979423>.

DOURADO, Tatiana. Complexidade dos fenômenos noticiosos nas mídias digitais: a bolha da desinformação e o compartilhamento de boatos no Facebook. [Online] Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/335206>. Acesso em: 21 set. 2023.

DOWN, Anthony. *Teoria Econômica da Democracia*. Nova York: Harper and Row, 1957.

FILHO, Henrique Carlos Parra Parra. Capacidades estatais na coprodução de TICs governamentais de participação. [Online] Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-09072018-154651/en.php>. Acesso em: 21 set. 2023.

FORSTER, René et al. Fake News: What Is It, How Is It Made and Why It Works?. In *SciELO Preprints*. [Online] Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3294>. Acesso em: 21 set. 2023.

GOMES, Sheila Freitas; PENNA, Juliana Coelho Braga de Oliveira; ARROIO, Agnaldo. Scientific Fake News: Perception, Persuasion and Literacy. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 6, p. 2201-2208, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.21502020>.

HELD, David. *Modelos de Democracia*. Editora Paidéia, Belo Horizonte, 1987. [Online] Disponível em: <https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=51630>. Acesso em: 21 set. 2023.

JONES-JANG, S. Mo et al. Does Media Literacy Help Identification of Fake News? Information Literacy Helps, but Other Literacies Don't. [Online] Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0002764219869406>. Acesso em: 21 set. 2023.

KUKLINSKI, James H. Misinformation and the Currency of Democratic Citizenship. *The Journal of Politics*, Volume 62, Issue 3, August 2000, Pages 790–816. DOI: <https://doi.org/10.1111/0022-3816.00032>.

LANDÉMORE, Hélène. *Democratic Reason: Politics, Collective Intelligence, and the Rule of the Many*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

LAZER, David M. J. et al. The science of fake news: Addressing fake news requires a multidisciplinary effort. Vol 359, Issue 6380, p. 1094-1096, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.aao2998>.

LUTZ, Georg. *Participation, Information and Democracy; the Consequences of Low Levels of Participation and Information for the Functioning of Democracy*. Hamburg: Ed. LitVerlag, 2006.

NAN, Xiaoli; WANG, Yuan; THIER, Kathryn. Why do people believe health misinformation and who is at risk? A systematic review of individual differences in susceptibility to health misinformation. [Online] DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socsci-med.2022.115398>. Acesso em: 21 set. 2023.

PAGE, Benjamin; SHAPIRO, Robert. *The Rational Public: Fifty Years of Americans Policy Preferences*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

PAULETTO GUTIERREZ, Ronier; GUBIANI, Jucara Salete. Revisão sistemática sobre o acesso à internet em propriedades rurais. *Memorias De Las JAIIO*, v. 8, n. 4, p. 107-120, 2022. Disponível em: <https://publicaciones.sadio.org.ar/index.php/JAIIO/article/view/421>. Acesso em: 21 set. 2023.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz et al. Desigualdades digitais: Acesso e uso da internet, posição socioeconômica e segmentação espacial nas metrópoles brasileiras. [Online] Disponível em: [http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS\\_207\\_d02.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_207_d02.pdf). Acesso em: 21 set. 2023.

SCHATTSCHNEIDER, Elmer Eric. *The Semisovereign People: A Realist's View of Democracy in America*. [Online] Disponível em: [https://books.google.com.br/books/about/The\\_Semisovereign\\_People.html?id=GXdHAAAAMAAJ](https://books.google.com.br/books/about/The_Semisovereign_People.html?id=GXdHAAAAMAAJ). Acesso em: 21 set. 2023.

SILVA, Ergon Cugler de Moraes. *Negacionismo Institucional: Um Estudo de Caso sobre Políticas Públicas baseadas em Desinformação e Negacionismo pelo Governo Federal durante a Pandemia da COVID-19 no Brasil*. 27th World Congress of Political Science. Buenos Aires, Argentina, 2023. [Online] Disponível em: <https://wc2023.ipsa.org/wc/paper/negacionismo-institucional-um-estudo-de-caso-sobre-politicas-publicas-baseadas-em>. Acesso em: 21 set. 2023.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Para além da Inclusão Digital: Poder comunicacional e novas assimetrias*. [Online] Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/qfgmr/pdf/bonilla-9788523212063.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

T, Sadiq Muhammed; SAJI, K. Mathew. The disaster of misinformation: a review of research in social media. *International Journal of Data Science and Analytics*. 13, pages 271–285. [Online]

DOI: <https://doi.org/10.1007/s41060-022-00311-6>. Acesso em: 21 set. 2023.

TAVARES, Marília Matias Kesting; SOUZA, Samara Tomé Correa de. Os idosos e as barreiras de acesso às novas tecnologias da informação e comunicação. [Online] Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1679-1916.30915>. Acesso em: 21 set. 2023.

VAZ, Alexander Cambraia Nascimento. Capacidades estatais para o desenvolvimento: entre a burocratização e a política como elementos de ação do Estado. [Online] Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9UFRCH>. Acesso em: 21 set. 2023.

VAZ, José Carlos. Access to Technology as the Subject of Public Policy: Rights, Democracy, Development and National Sovereignty. In: ICT Households 2015: Survey on the use of Information and Communication Technologies in Brazilian Households. [Online] Disponível em: <https://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2015/>. Acesso em: 21 set. 2023.

WARDdle, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information disorder: towards an interdisciplinary framework for research and policy-making. Council of Europe. [Online] Disponível em: <https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making.html>. Acesso em: 21 set. 2023.

WARDdle, Claire. Fake News. It's Complicated. First Draft. [Online] Disponível em: <https://firstdraftnews.org/articles/fake-news-complicated/>. Acesso em: 21 set. 2023.

WARDLE, Claire. Information disorder: The essential glossary. Harvard, MA: Shorenstein Center on Media, Politics, and Public Policy, Harvard Kennedy School, 2018. [Online] Disponível em: <https://journalistsresource.org/politics-and-government/information-disorder-glossary-fake-news/>. Acesso em: 21 set. 2023.